

Esgotamento Sanitário			
Ampliação dos Índices de Cobertura da População Atendida		Avaliação	Observação
1	Implantar soluções públicas, tecnicamente simplificadas e descentralizadas, para regiões sem SES implantado ou com difícil ligação, com o objetivo de ampliar o índice de cobertura, respeitados os condicionantes ambientais. Primazia da universalização do acesso aos serviços públicos de esgotamento sanitário em decorrência da sustentabilidade econômico-financeira. Utilização do fundo municipal de saneamento como um dos instrumentos financeiros de fomento destas soluções.	Não atendida	O Decreto Municipal 17.748 de 30 de junho de 2017 instituiu Comissão Especial para o planejamento da Concepção Geral dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Já o Decreto Municipal 18.103 de 03 novembro de 2017 que instituiu o Grupo Interinstitucional para Fiscalização do setor de esgotamento sanitário buscará tem como objetivo elaborar a Política de Esgotamento Sanitário para o município e prevê a utilização do Fundo de Saneamento como instrumento financeiro para atender as ZEIS.
2	Estabelecer, no Plano Diretor de Florianópolis, um Plano de Urbanização específico nas áreas de influência dos aquíferos Ingleses e Campeche resguardando sua capacidade de recarga e a qualidade da água, a ser complementado com estudos de balanço hídrico de ambos aquíferos.	Não atendida	A Lei Complementar 482/2014 que instituiu o Plano Diretor tem artigos que abordam de forma pontual as áreas dos aquíferos mas não existe um Plano de Urbanização específico.
Disposição Final Ambientalmente Adequada dos Efluentes das Estações de Tratamento de Esgotos – ETE Casan			
3	Implantar avaliação periódica, pelo órgão responsável, de parâmetros de qualidade da água nos estuários dos rios no município.	Não atendida	O que existe são as análises da Fatma para balneabilidade.
4	Cobrar da SDS sua responsabilidade na gestão dos recursos hídricos priorizando o enquadramento dos cursos d'água, quanto a sua qualidade e natureza, da Bacia do Cubatão do Sul.	Atendida	Entretanto ainda não realizado estudo de enquadramento.
5	Dar publicidade mensal nos sítios eletrônicos da CASAN e PMF ao resultado das análises realizadas pela concessionária nas Estações de Tratamento de Esgoto.	Não atendida	Proposta como Ação na revisão do PMISB.
Regularização dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES			
6	Estabelecer, pela concessionária, metas progressivas de melhorias tecnológicas e operacionais das ETE, tendo como foco final o tratamento terciário, atendendo demandas do PMISB.	Não atendida	Proposta como Ação na revisão do PMISB.
Manutenção e Operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES			
7	Executar, como parte de todas as obras de recapeamento, o nivelamento das tampas de poços de visita de esgoto e caixas de manobra de registros ao greide da rua, concomitantemente à execução da obra.	Parcialmente atendida	Existem problemas na execução do serviço.
8	Executar, por parte da Concessionária, a recomposição do pavimento das vias objeto de assentamento de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto.	Parcialmente atendida	No caso de recapeamento asfáltico a responsabilidade é da PMF. No caso do recapeamento de lajota a própria Casan que executa.

Lançamento Clandestino dos Esgotos			
9	Estabelecer, por parte da Administração Pública, maior controle, fiscalização e licenciamento de empresas "limpa-fossas". Implantação de rastreadores nos veículos para controle dos trajetos.	Parcialmente atendida	Os procedimentos por parte da Vigilância e Casan estão estabelecidos. Lei Estadual 17.082/2017 obriga caminhões limpa fossa a instalarem dispositivo de geoposicionamento. Entretanto há necessidade de maior efetividade e integração das ações.
10	Criar de grupo de trabalho para apoio técnico para comunidades inseridas nas ZEIS e com vulnerabilidade ambiental/inviabilidade técnica para implantação de sistema individual (localidade da Tapera como prioridade – exemplo: tratamento por zona de raízes).	Não atendida	Proposta como Ação na revisão do PMISB estruturação de equipe técnica para assistência técnica
11	Ampliar e avaliar o Programa "Floripa Se Liga Na Rede", com ações voltadas para educação e fiscalização em áreas desprovidas de rede pública de coleta de esgotamento sanitário, com prioridade para localidades com redes assentadas fora de operação e áreas de recarga de aquíferos, com exceção das ZEIS.	Parcialmente atendida	Programa FSLNR revisado mas com foco nas áreas atendidas por rede pública. Criado o Grupo SANEAR por meio do Decreto 18.103 de 03 novembro de 2017 com foco na fiscalização de lançamentos clandestinos e elaboração de instrumentos de gestão.
12	Elaborar estudos para implantação de coleta e tratamento, em períodos secos, das vazões das redes de drenagem críticas no que se refere à contaminação por esgotos.	Não atendida	Projeto existente atualmente pontual voltado para balneabilidade em trecho da Avenida Beira Mar Norte.
13	Institucionalizar, no âmbito das responsabilidades da concessionária, o controle da efetividade das ligações domiciliares de esgoto relativo aos sistemas já implantados/em implantação, utilizando o poder de polícia do Município quando necessário.	Parcialmente atendida	A nova versão do Programa FSLNR está em fase de licitação com o recurso financeiro da Casan mas a execução a cargo da PMF.
14	Revisar procedimento de entrega das redes coletoras de esgotamento sanitário com a efetiva verificação e prestação de informação na forma de cadastro, pela concessionária, ao órgão titular sobre a situação dos imóveis atendidos pela rede.	Não atendida	Proposta como Ação na revisão do PMISB.
Reúso dos Efluentes das Estações de Tratamento de Esgotos– ETES			
15	Criar grupo de trabalho institucional para dar continuidade e implementar a iniciativa da CASAN para reúso dos efluentes das ETES.	Não atendida	Problemas identificados pela Comissão da Casan: demanda e viabilidade logística para o fornecimento de água.
Cadastro Físico e de Usuários dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SESs			
16	Integrar e unificar os cadastros de redes de infraestrutura subterrânea por parte da PMF, com compatibilização ao Geoprocessamento Corporativo, baseado nas informações prestadas pelas concessionárias e administração municipal, de acordo como construído.	Não atendida	

Licenciamento de Loteamentos e Construções: Responsabilidade pela Gestão Operacional dos Esgotos nos Níveis Coletivo e Individual			
17	Implantar procedimento para manifestação técnica da CASAN, dos projetos de água e esgoto de novos loteamentos e parcelamentos, previamente ao licenciamento ambiental, assim como o estabelecimento de critérios para o recebimento de sistemas pela CASAN.	Atendida	Decreto 18.277 de 10 de janeiro de 2018 regulamenta a cláusula sexta que trata das obrigações da concessionária quanto aos procedimentos para o licenciamento ambiental, monitoramento e a cessão dos SES de loteamento para a Concessionária.
18	Necessidade de se atentar para obrigatoriedade, prevista em lei, da anuência dos órgãos gestores das UCs para implantação de loteamentos dentro das suas zonas de amortecimento.	Atendida	
Gestão do Esgotamento Sanitário: Enfoque Regional			
19	Necessidade de articulação entre o órgão gestor da região metropolitana (SUDERF), titulares municipais do serviço de saneamento e sociedade civil, para o estabelecimento de metas para saneamento básico para a Região Metropolitana.	Não atendida	
Aspectos transversais			
20	Realizar auditoria para verificação de fontes de recursos e repasse para o Fundo Municipal de Saneamento Básico, buscando a inserção do Fundo como fonte de recursos para investimento no saneamento básico do município (levantada previsão de repasse de 3% do faturamento da CASAN no Município para o Fundo Municipal, e que não vem ocorrendo).	Não atendida	
21	Que o Conselho Municipal de Saneamento Básico passe a ter “caráter deliberativo” na gestão compartilhada da política de saneamento básico do Município. Alteração do caput do art. 6º da Lei Municipal nº 7.474, de 19 de novembro de 2007. Obediência ao artigo 2º, inciso VII, da Resolução Recomendada nº 75, de 02 de julho de 2009, do Conselho das Cidades - Ministério das Cidades.	Não atendida	Elaborada proposta de alteração da Lei Municipal 7474/2007 para alteração das disposições referente ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e posterior adequação do Regimento Interno.
22	Estabelecer estudos para definir critérios para a possibilidade de destinação de chorume na rede de esgotamento sanitário, em áreas já atendidas por rede e em novos projetos.	Não atendida	
23	Ampliar o quadro técnico de servidores públicos efetivos para formulação de políticas públicas, planejamento e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, delegados para prestadores de serviços. Observância dos artigos 8º, 9º e 10 da Lei nº 11.445/2007.	Não atendida	

24

Estabelecer, no âmbito do Conselho Municipal de Saneamento Básico, procedimentos participativos (“processos decisórios institucionalizados”) na formulação de políticas, no planejamento e na avaliação dos serviços de saneamento básico. Adequação de procedimentos administrativos para que o Conselho Municipal de Saneamento Básico seja instância prévia de controle social e de gestão democrática. Observância dos artigos 2º, incisos IX e X, 3º, inciso IV, 9º, inciso V, 11, §2º, inciso V, entre outros, da Lei nº 11.445/2007.

Não atendida

Elaborada proposta de alteração da Lei Municipal 7474/2007 para alteração das disposições referente ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e posterior adequação do Regimento Interno.

PROPOSIÇÕES:

3	Atendidas
5	Parcialmente atendidas
16	Não atendidas
24	Total

